

REFERÊNCIAS

- Alarcão, I. (2004). O processo de Bolonha como oportunidade para a mudança. *Linhas*, Revista da Universidade de Aveiro, Ano 1, nº2, pp.16-19.
- Alarcão, I. (2005). A Universidade e os seus projectos de formação. *Revista Portuguesa de Pedagogia* (Nº de Homenagem ao Professor Doutor Nicolau Raposo), Ano 39, nº 3, pp.79-88.
- Alarcão, I. (2007). Changing to project-based learning. The role of institutional leadership and faculty development. In de Graaff, E. and Kolmos, A. (eds.) *Management of Change. Implementation of Problem-Based and Project-Based Learning in Engineering*. Rotterdam: Sense Publishers, pp.69-82.

BOLONHA: FUTURO OU PASSADO?

António Ribeiro Alves
Instituto Politécnico de Bragança

O Decreto Lei nº 74/2006 de 24 de Março, contém na parte introdutória (pp. 2243), o seguinte parágrafo:

«Questão central no Processo de Bolonha é o da mudança do paradigma de ensino de um modelo passivo, baseado na aquisição de conhecimentos, para um modelo baseado no desenvolvimento de competências, onde se incluem quer as de natureza genérica instrumentais, interpessoais e sistémicas quer as de natureza específica associadas à área de formação, e onde a componente experimental e de projecto desempenham um papel importante.»

Hoje, não leio este parágrafo com o mesmo entusiasmo da primeira vez e pergunto:

Houve a anunciada mudança de paradigma em todo o sistema de ensino superior?

Há um notório entusiasmo no corpo docente com as mudanças exigidas pelo processo de Bolonha e identificadas no Decreto-Lei referido?

Há um notório entusiasmo nos estudantes da maior parte dos Politécnicos e Universidades com o processo de Bolonha?

Há um notório entusiasmo do pessoal administrativo da maior parte dos Politécnicos e das Universidades com o processo de Bolonha?

Há um notório entusiasmo das famílias e da sociedade com os cursos de Bolonha?

Sei que a resposta adequada a estas questões exige um estudo sistemático, de modo a evitar interpretações enviesadas. Hoje, todavia, a experiência directa e o testemunho de outros (i.e., docentes e estudantes) levam-me a admitir que a resposta estará mais próxima do *não* do que do *sim*.

Em todo o caso, no suposto de que estou equivocado, e de que há um notório entusiasmo em todos os intervenientes directos e indirectos; ou no suposto de que o entusiasmo não é necessário para a consolidação de uma mudança

paradigmática, ainda podemos colocar outras questões ao processo de Bolonha, a meu ver, mais pertinentes.

Como é sabido, aquele Decreto-Lei definiu as licenciaturas com 180 créditos e os mestrados entre 90 a 120 créditos. Ou seja, na esteira do processo de Bolonha, o Decreto-Lei definiu que o tempo das graduações e pós-graduações (i.e., Mestrado) é menor que o tempo anteriormente tido como necessário. Ou seja, a aprendizagem das competências genéricas e das competências científicas, anunciadas na mudança paradigmática, é (ou deverá ser) mais rápida nos cursos de Bolonha do que nos cursos antigos.

Quanto a mim, duvido desta maior rapidez, porque o encurtamento do tempo de formação pode não andar de mãos dadas com uma notória melhoria na compreensão das matérias a aprender. Uma queixa comum, por mim ouvida a docentes de várias instituições de ensino superior, é, precisamente, a falta de tempo, que não favorece a leitura dos textos e a sua compreensão aprofundada.

O processo de Bolonha permite a um estudante, que ingresse no ensino superior aos 18 anos, obter a licenciatura aos 21 anos e o mestrado entre os 24 anos e meio e os 25 anos.

Ora, o encurtamento do tempo de formação graduada e pós-graduada, levanta, a meu ver, outro problema - este de natureza social: é difícil obter o primeiro emprego e cai-se, mais cedo, numa situação onde o desenvolvimento pessoal e a identidade profissional ficam suspensos.

Sempre pensei que o processo de Bolonha devia ter aumentado o tempo das graduações e das pós-graduações, em vez de o encurtar. Sustento que talvez fosse possível ao estado contar com o apoio das famílias aos seus filhos estudantes em formações mais longas e, quiçá, em formações onde lograssem mais e melhor compreensão do conhecimento a aprender.

O encurtamento do tempo de formação graduada e pós-graduada mais serve o propósito de diminuição de despesa pública do que o investimento na formação e na criatividade dos jovens europeus.

É claro que eu admito a possibilidade de as minhas dúvidas sobre as mudanças exigidas pelo processo de Bolonha serem resultantes das dificuldades e das incompreensões na sua concretização.

Afinal, Bolonha, entre outros aspectos: exige cursos organizados segundo um menor número de unidades curriculares, mas mais extensas do que o formato tradicional. Ora, a atribuição dos créditos, quer na adequação dos antigos cursos quer na criação de novos cursos, à luz do processo de Bolonha, nem sempre seguiu o método de referência aos resultados de aprendizagem mas, quiçá, o método de imposição, mais ou menos corporativa, de áreas científicas e departamentos.

Exige uma organização modular das competências a atingir com as unidades curriculares e com o curso que, por sua vez, exige formação pedagógica aos docentes. Aqui reside um aspecto interessante do processo de Bolonha, se bem que a necessidade de formação pedagógica do professor do ensino superior lhe seja anterior.

Exige Orientação Tutória, que é o tempo de contacto com o docente, onde se concretiza o tal ensino e aprendizagem activos, que a mudança paradigmática aponta, aliás. A concretização deste tipo de aulas numa dada instituição de ensino superior é um bom indicador da qualidade do processo de Bolonha.

obriga a unidades curriculares atribuídas a mais do que um docente, em vez da relação 1 disciplina 1 docente, própria do formato tradicional.

A questão das dúvidas não reside nos problemas de aplicação do processo, mas nos fundamentos de que este processo parece partir.

Vejamos mais um desses fundamentos.

O Parágrafo oitavo da Declaração Bolonha refere a necessidade de aumentar a competitividade internacional do sistema de ensino superior europeu. Se um sistema é competitivo, deverá ter pessoas competitivas, motivadas para a excelência e para o orgulho nas suas realizações. O problema da competitividade e da parafernália conceptual associada, é que esquece a simples necessidade de cooperação entre as pessoas em qualquer sistema. Sempre me surpreendeu esta competitividade na declaração de Bolonha. Hoje questiono-a porque os tempos actuais de crise parece que exigem sistemas e valores mais cooperativos do que sistemas e valores mais competitivos.

Para terminar, afirmo que:

o encurtamento da formação que obstaculiza a compreensão e o desenvolvimento pessoal dos estudantes;
a grande dificuldade de obtenção do primeiro emprego que tenderá a desvalorizar as formações;
o valor da competitividade que está desactualizado perante um mundo em crise;

levam-me a considerar que Bolonha, mais ano menos ano, corre o sério risco de tornar-se passado. Assim sendo, devemos admitir a necessidade de orientação de um modelo de Ensino Superior Europeu que realize a justa finalidade de uma Europa de cidadania e do conhecimento.

Muito obrigado pela vossa atenção e pelo vosso tempo.